

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**  
**DE**  
**PORTO COVO**  
**ATA DA REUNIÃO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025**  
**SESSÃO ORDINÁRIA**  
**ATA N.º 05/2025**

-----Aos vinte e nove dias de dezembro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. -----

**MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----**

- Presidente:** Miguel Paulo Ferreira Ribeiro  
**1.ª Secretária:** Cláudia Sofia Oliveira Rosa  
**2.º Secretário:** Dinis Filipe Lourenço Loja  
Vítor Gregório de Jesus Pereira dos Reis  
Nicole Isabel Marques Góis Mateus Gonçalves  
Inês Sabido Santos  
André Alves Rosa

**FALTAS JUSTIFICADAS: -----**

- Catarina Marques Nobre de Sousa  
Paulo Jorge Lavadinho da Silva

**EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----**

- Presidente:** José Pedro do Nascimento Arsénio  
**Secretária:** Ana Paula de Jesus Pereira Sabido

----- Verificada a falta justificada da Segunda Secretária, Catarina Sousa, e do membro da Assembleia, Paulo Silva, o Presidente da Assembleia nomeou o membro Dinis Loja para exercer as funções de Segundo Secretário, bem como os eleitos imediatamente a seguir na lista, Inês Sabido e André Rosa, como substitutos dos membros Dinis Loja e Paulo Silva, respetivamente. -----

Confirmada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião pelas 21h05. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- O Presidente da Assembleia, **Miguel Ribeiro**, deu as boas-vindas a todos os eleitos na primeira sessão da Assembleia do presente mandato, desejando igualmente um Bom Ano a todos. -----  
Informou ainda que seriam concedidos, aproximadamente, vinte minutos para intervenções antes da ordem do dia. -----

----- O Senhor **António Moura** pediu a palavra e iniciou a sua intervenção felicitando o Presidente da Junta, os vogais e todos os membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo excelente resultado obtido nas últimas eleições, o qual considera ser, fruto do trabalho desenvolvido durante o mandato anterior. Referiu ainda que Porto Covo está cada vez mais no mapa, salientando, a recente entrevista do Senhor Presidente à Rádio Sines como um sinal claro da importância que Porto Covo tem vindo a assumir. Acrescentou que subsistem ainda alguns desafios, nomeadamente ao nível da habitação e da sazonalidade, mas manifestou confiança de que estes venham a ser ultrapassados. -----

Referiu ainda que, no próximo dia 13 de janeiro, terá lugar um momento importante e marcante para Porto Covo, concretamente a assinatura da certificação de sustentabilidade pela Biosphere, envolvendo a Direção Regional de Turismo, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, salientando que todo o processo está a decorrer de forma positiva. Mencionou também a recente notícia relativa ao Parque Eólico das Cachenas, manifestando preocupação com a instalação de uma linha de alta tensão a atravessar toda a zona de Porto Covo, a qual irá alterar significativamente a imagem do território e que, no seu entender, não contribui para a imagem de sustentabilidade que se pretende promover. Questionou ainda se existiria alguma alternativa ao traçado previsto para essa linha ou a possibilidade de a mesma ser enterrada em alguns troços. -----

 3 

Considerou ainda importante que a Junta de Freguesia defendesse o ponto de vista de que o território não pode ficar enxameado por parques eólicos, parques solares ou outras infraestruturas semelhantes. Referiu que Porto Covo representa um complemento ao território de Sines, assumindo-se como uma área de natureza e paisagem, alertando para a necessidade de não se comprometer aquilo que o território tem para oferecer. Mencionou que têm sido apresentadas várias participações por parte de empresários no âmbito da consulta pública junto das entidades competentes, mas que no seu entendimento, uma tomada de posição da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal teria um peso distinto e acrescido, desde que devidamente fundamentada. -----

Manifestou a sua preocupação pelo facto de considerar que todo o percurso de valorização que tem vindo a ser desenvolvido em Porto Covo poderá estar a ser ignorado por alguns gabinetes de decisão, que partem do pressuposto de que, por se tratar de uma zona integrada em Parque Natural, nada pode aí ser realizado, enquanto nas áreas que já não se encontram oficialmente classificadas se entende que tudo é permitido. Referiu ainda que, do ponto de vista visual, a passagem de cabos de alta tensão sobre a Rota Vicentina e sobre os recentemente inaugurados percursos pedestres de Porto Covo terá um impacto negativo significativo, acrescentando que esta situação não constituiu uma notícia positiva para o final do ano, sobretudo num momento em que tudo parecia estar a decorrer de forma favorável. Por fim, desejou a todos um excelente mandato, manifestando a sua convicção de que o mesmo será bem-sucedido, atendendo ao facto de todos iniciarem este ciclo com renovada força e confiança. Saudou ainda o Senhor Vítor Reis, expressando a expectativa de que venha a constituir um contributo importante para o bom funcionamento destas sessões. -----

-----O membro da Assembleia **Vítor Reis** agradece. -----



4



-----O **Presidente da Assembleia** diz que não sabe o local exato onde ficam as Cachenas. -----

-----O **Presidente da Junta**, José Pedro Arsénio, Informou que se trata de uma intervenção de grande dimensão, que estabelece a ligação entre várias freguesias e os concelhos de Odemira, Santiago do Cacém e Sines. Esclareceu que o que se encontra atualmente a decorrer é uma fase de prospeção, destinada a avaliar a possibilidade de implementação do projeto, razão pela qual o mesmo se encontra em consulta pública, não estando ainda aprovado. Referiu que este é o momento adequado para que todos os interessados que considerem existirem aspetos menos positivos se manifestem, recordando que, em processos anteriores, nomeadamente no âmbito do ordenamento da orla costeira, a falta de participação pública permitiu a inclusão de medidas que, no seu entender, não fazem sentido. Acrescentou que irá ouvir os restantes Presidentes de Junta, uma vez que esta não é apenas uma questão da freguesia de Porto Covo, mas também das freguesias de Sines, Vila Nova de Milfontes, Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu, bem como o Presidente da Câmara Municipal, com o objetivo de, em conjunto, alcançar um consenso e submeter uma posição conjunta no âmbito da consulta pública, salientando que aquilo que é prejudicial para uma freguesia será, seguramente, prejudicial para as restantes. -----

-----O Senhor **António Moura** refere que a área em causa se estende desde a zona em frente ao parque de campismo do SITAVA, em direção a Porto Covo, abrangendo todo o território para além da estrada do Cercal para Vila Nova de Milfontes, prevendo-se a instalação de cerca de dezanove torres. Referiu ainda que a população já se encontra, de certa forma, habituada a este tipo de estruturas, uma vez que já existem aerogeradores na área. -----

-----O **Presidente da Assembleia** diz que, segundo informação transmitida por um morador da zona, os moinhos eólicos produzem

níveis sonoros significativos, o que pode afetar quem reside nas proximidades. -----

-----O **Presidente da Junta** referiu que não existe “o melhor dos dois mundos”, por um lado, é reconhecida a necessidade de apostar em energias renováveis, que inevitavelmente têm de ser instaladas em determinados locais, por outro, é fundamental que a escolha do local seja adequada. Considera que, no caso das centrais fotovoltaicas, estas deveriam ser implementadas em terrenos que não sejam produtivos, ao contrário da central prevista para o Cercal, que se situaria em terrenos produtivos, o que, na sua perspetiva, não faz sentido. Acrescentou que, na Serra da Chaminé, os moinhos eólicos causam um impacto significativo na paisagem, mas sendo terrenos improdutivos, a sua utilização para esse fim é mais adequada. Sublinhou ainda que é possível selecionar locais para instalação de energias renováveis que não comprometam áreas com forte projeção turística, como é o caso de Porto Covo, de modo a evitar impactos negativos na economia local. -----

-----O Senhor **António Moura** diz que, neste caso, o principal impacto está na instalação dos cabos de alta tensão, incluindo a necessidade de limpeza de uma faixa extensa de terreno. Considerou que poderá existir alguma alternativa para a colocação desses cabos. Acrescentou que contactou o Presidente da Entidade Regional de Turismo, Senhor José Santos, que, embora já tenha manifestado nas suas intervenções públicas a chamada de atenção para a questão dos parques solares e eólicos, ainda não tinha conhecimento desta situação específica. -----

-----O **Presidente da Junta** informa que já foram observadas movimentações de terra na zona da barragem e também em áreas da freguesia, embora não tenha conhecimento do objetivo concreto dessas intervenções. Esclarece que, segundo o Plano Diretor Municipal (PDM), não é permitida a instalação de painéis fotovoltaicos na zona sul do concelho, incluindo Porto Covo, pelo que estes não

6  
PL  
R

estão autorizados. Refere ainda que o parque eólico já se encontra autorizado, pelo que não existe salvaguarda relativamente a esta matéria. -----

-----O Senhor **António Moura** diz que toda a nova indústria que está a chegar a Sines traz benefícios em termos de sustentabilidade económica. No entanto, verifica que, ao longo de várias reuniões sobre a implementação da ciclovia, surgiam sempre múltiplas desculpas para o seu adiamento, envolvendo a APA e outras entidades competentes. Agora para a instalação de uma linha de alta tensão, esses impedimentos parecem não existir, já não há falta de recursos financeiros nem preocupações ambientais. Sublinhou que, na sua perspetiva, apenas a ciclovia continua a não avançar, e defendeu que, em contrapartida, a ciclovia deveria ser executada. ---

----- O **Presidente da Junta** Referiu que a ciclovia integra os planos da Câmara, embora não seja um projeto de execução imediata, dado que apresenta dificuldades significativas. Acrescentou, no entanto, que uma coisa é ser difícil e outra é impossível. Salientou que, caso exista vontade política, pode dar-se início ao processo, começando-se por auscultar as diversas entidades competentes, tal como ocorreu nos projetos das casas de banho da Samoqueira e nos acessos às praias, cujos pareceres foram posteriormente emitidos.

No caso da ciclovia, a Câmara deve primeiro verificar junto do Parque Natural, do ICNF e da Agência Portuguesa do Ambiente até onde é possível intervir em termos de área, bem como o tipo de materiais autorizados para a sua execução, a partir do que se poderá desenhar o projeto. Referiu que um dos problemas existentes prende-se com a estrada de S. Torpes, que sofre danos anuais provocados pelo mar e pela chuva, e que daqui a algum tempo poderá deixar de ser utilizável. Sublinhou que deverá ser equacionada uma alternativa, como a ligação pela estrada que passa pelo parque de campismo de S. Torpes até à Estrada Nacional 120, sendo esta apenas uma das

7  
M.L.  
R.

questões a considerar. Ressaltou que até ao momento nada foi descartado e que todas estas questões permanecem em análise. -----

----- O Senhor **António Moura** diz que este é o momento certo para afirmar que, assim como pode ser realizada a presente intervenção, também é possível avançar com a ciclovia. -----

----- O membro da Assembleia **Vítor Reis** refere que as duas questões competem a entidades diferentes. Relativamente à estrada de S. Torpes, considera que, do outro lado, estão a ser construídos molhos de grande dimensão e que, se ali fosse implementado um projeto de engenharia adequado, também seria possível proteger a estrada da ação do mar. Trata-se de uma questão de vontade e de recursos financeiros. Acrescentou que, embora a passagem pela área do parque de campismo também possa constituir uma boa solução, a estrada deveria ter sido inicialmente construída atrás das dunas. Sublinhou que alguma solução terá de ser encontrada. -----

-----O **Presidente da Junta** diz que esta solução seria a que teria menor impacto negativo no território, mas que não vê vantagens em inserir naquela área grandes blocos de pedra. O grande problema remonta à construção inicial da estrada naquela localização, uma vez que eram as dunas que naturalmente alimentavam a praia e a construção dos molhos interfere nas correntes marítimas, com conseqüente impacto sobre o areal. -----

-----O **Presidente da Assembleia** diz que a estrada em questão já existe há mais de 45 anos, recordando que o local onde atualmente se situa o restaurante Trinca Espinhas era, anteriormente, o Mar de Prata. -----

----- O Senhor **António Moura** diz que em 1963 a estrada já existia. -----

**Assuntos da ordem do dia:** -----

**1. Análise da atividade da Junta no IV trimestre de 2025** -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca em análise o primeiro ponto e passa palavra ao presidente da Junta. -----

*Handwritten signature* 8  
*Handwritten initials* PPL.  
*Handwritten symbol* \$

----- **O Presidente da Junta** diz que este é, habitualmente, o trimestre com menor atividade, uma vez que, após o período de verão, os funcionários usufruem das suas férias e folgas, verificando-se um natural abrandamento dos trabalhos. Informou ainda que a Junta de Freguesia continuará a participar no Festival de Caminhadas do Alentejo. Habitualmente, a participação neste evento é assegurada pelas Câmaras Municipais, contudo, o Município nunca adotou uma visão estratégica para o turismo e, quando participava, limitava os percursos à zona norte do concelho, não abrangendo a zona sul. Por esse motivo, a Junta de Freguesia decidiu assumir a participação no referido festival, esperando que esta iniciativa possa contribuir para uma mudança de abordagem no futuro. -----

Informou ainda que, no ano passado, a Junta passou a ter a competência para a limpeza de bermas. Acrescentou que, os serviços estão a executar trabalhos que não eram realizados há vários anos, nomeadamente a limpeza de valetas, o que torna atualmente o serviço mais exigente. -----

## **2. Análise e aprovação do Orçamento para 2026 e das Grandes Opções do Plano para 2026-2029 -----**

----- **O Presidente da Assembleia** coloca em análise o segundo ponto e passa palavra ao presidente da Junta. -----

----- **O Presidente da Junta** Referiu que as Grandes Opções do Plano dizem respeito aos quatro anos do mandato, enquanto o Orçamento se reporta apenas ao próximo ano civil. Acrescentou que se procurou que o GOP incluísse tudo o que se pretende ver executado ao longo dos próximos quatro anos, tendo por base a súmula do programa eleitoral do Partido Socialista, que foi sufragado, bem como propostas constantes dos programas eleitorais de outras forças políticas que se consideraram enquadráveis. Saliu que existem propostas positivas que, não sendo do Executivo, são igualmente importantes e que, caso seja possível a sua implementação, tal será feito, uma vez que o objetivo principal é o

interesse coletivo e a mais-valia para a freguesia. Concluiu, referindo que, caso exista alguma questão ou se pretendam apresentar propostas, o executivo encontra-se disponível para ouvir. -----

----- O membro da Assembleia **Vítor Reis** referiu que esteve a analisar o documento e que ficou bastante satisfeito, uma vez que tudo aquilo que o PSD considera importante se encontra contemplado. Acrescentou que, naturalmente, não é possível entrar em grande detalhe, uma vez que não é possível prever o que acontecerá no futuro, mas que, de um modo geral, as propostas constantes do programa eleitoral do PSD estão devidamente enquadradas. Salientou ainda que existem matérias comuns aos programas das diferentes forças políticas, nomeadamente a ciclovía, os acessos às praias, entre outras. Relativamente à questão da reciclagem de resíduos, referiu que esta se encontra mencionada de forma geral, não com o nível de detalhe anteriormente discutido, o que considera normal. Concluiu manifestando a sua satisfação com a proposta apresentada, expressando a expectativa de que seja possível concretizar, tanto quanto possível, as medidas nela previstas. -----

----- **O Presidente da Junta** Refere que, em termos de despesa, o orçamento prevê 681.704,00 € para despesas com pessoal, 101.050,00 € para aquisição de serviços, 25.600,00 € destinados a apoios a associações e 95.550,00 € relativos a despesas de capital.

Relativamente à receita, informou que o Imposto Municipal sobre Imóveis ascende a 5.296,00 €, as taxas de secretaria totalizam 5.795,00 €, e que o rendimento de propriedade não é significativo. Acrescentou que as transferências correntes, resultantes do somatório do adicional e da descentralização de competências, perfazem o montante de 619.000,00 €. Refere ainda que a venda de bens e serviços são de 38.193,00€, outras receitas correntes totalizam 6.350,00 € e a venda de bens de investimento corresponde a 1.950,00 €, valor referente aos gavetões do cemitério, enquanto bem de capital vendido pela Junta de Freguesia. Informou, por fim,



que, no caso de virem a existir fundos comunitários aos quais a Junta se possa candidatar, já se encontra aberta a respetiva rubrica orçamental, a qual poderá ser dotada do valor correspondente.

----- **O Presidente da Assembleia** questiona se, na reunião realizada com a Câmara Municipal, no âmbito da discussão do orçamento, houve lugar a alguma negociação-----

----- **O Presidente da Junta** diz que se falou de vários assuntos, nomeadamente o que gostaríamos de ver incluído no orçamento e depois sobre aquilo que são os acordos de execução e a transferência de competências e o que vai acontecer é uma atualização de 4% referente ao valor total e 50 mil euros relativo a transferências de Capital para pequenas obras que a Junta possa fazer, porque o valor que temos atualmente é irrisório, são 95 mil euros para quem tem um orçamento de quase um milhão de euros. Basicamente os maiores valores que temos são da despesa corrente nomeadamente com pessoal, combustíveis, equipamentos e pouco mais. As calçadas continuam a ser o nosso grande problema mas se tivermos possibilidade de investir este valor todos os anos, no final do mandato conseguimos regularizar a questão de todas as calçadas. ---

----- **O Presidente da Assembleia** coloca à votação o segundo ponto, que é aprovado por unanimidade. -----

### **3.Análise e aprovação do PPI para 2026-2029.** -----

----- **O Presidente da Assembleia** coloca em análise o terceiro ponto e passa palavra ao presidente da Junta. -----

----- **O Presidente da Junta** diz que o PPI se refere à parte do capital que é dividido por as ações a desenvolver e quem tem dotação orçamental. Este é o valor inicial mas em abril há rubricas que serão reforçadas pela inclusão do saldo de gerência no valor de cem mil euros.-----

----- **O Presidente da Assembleia** pergunta quando terminam os leasings para aquisição de duas carrinhas que foram feitos pelo anterior executivo. -----

----- O **Presidente da Junta** informa que terminam em Maio de 2026. Este executivo não fez nenhum leasing uma vez que todas as viaturas que adquirimos foram a pronto pagamento, até porque neste momento é extremamente difícil fazer leasing porque requer um visto do tribunal de contas o que implica muita burocracia e morosidade e os concessionários não estão disponíveis para estar tanto tempo à espera para realizar uma venda. -----

----- O **Presidente da Assembleia** pergunta se a central de compras do Estado ainda existe. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que existe a central de compras da CIMAL mas não contempla viaturas. -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca a aprovação o terceiro ponto que é aprovado por unanimidade. -----

#### **4. Análise e aprovação do Mapa de Pessoal para 2026. -----**

----- O **Presidente da Assembleia** coloca em análise o quarto ponto e passa palavra ao presidente da Junta. -----

----- O **Presidente da Junta** informa que o quadro de pessoal não teve qualquer alteração, no mandato anterior aumentámos seis postos de trabalho devido à transferência de competências e logo a seguir veio uma diretiva a dizer que já não se pode aumentar os quadros de pessoal sem ser muito bem justificado. O que pode acontecer é a substituição da vaga de pessoas vão para a reforma. O quadro de pessoal tem 30 pessoas, 26 do quadro e 4 através do Centro de Emprego, na medida de emprego em mercado aberto, e que tem a ver com um acordo entre o centro de emprego e a Cercisiago, em que o Centro de Emprego financia 70% das despesas.

----- O **Presidente da Assembleia** coloca a aprovação o quarto ponto que é aprovado por unanimidade. -----

#### **5. Verificação da conformidade da proposta do executivo para o exercício do mandato em regime de permanência a meio tempo, pelo Presidente da Junta, durante o ano de 2026.**

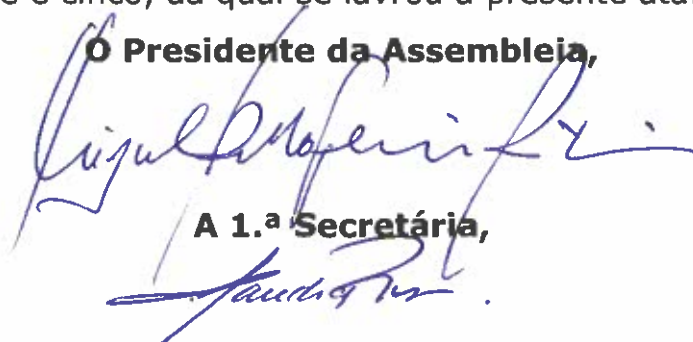
----- **O Presidente da Assembleia** coloca em análise o quinto ponto referindo que é apenas uma verificação da conformidade dos requisitos que constam do documento. -----

----- **O Presidente da Junta** diz que esta decisão resulta do Presidente e do Executivo em que o meio tempo é de Lei e o outro meio tempo é pago pela Junta de Freguesia desde que preencha os requisitos que vêm no documento para serem verificados. -----

----- Após a verificação da conformidade, o **Presidente da Assembleia** dá por encerrada a ordem de trabalhos. -----

----- Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 22h00 horas, do dia 29 de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual se lavrou a presente ata. -----

**O Presidente da Assembleia,**



**A 1.ª Secretária,**



**O 2.º Secretário,**

